

FLUXO DE COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E OS DEMAIS PAÍSES DOS BRICS

TRADE FLOWS BETWEEN BRAZIL AND OTHER COUNTRIES OF THE BRICS

Fernando Henrique Taques^{*}
Heloisa Helena Cavalcante^{**}
Marcelo Balloti Monteiro^{***}

RESUMO

No início dos anos 2000, surge o termo BRICS para denominar o grupo de países composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Esses países, apesar de apresentarem distintas trajetórias políticas e econômicas, possuem características em comum como elevada população, considerável extensão territorial e taxas de crescimento representativas a partir desse mesmo período. Essas características, conforme sugere a literatura, indicam que esses países possam, em conjunto, obter taxas de crescimento significativas no médio prazo, ultrapassando o grupo de nações com maior produto interno bruto na década de 1990. Partindo desse contexto, o objetivo da pesquisa consiste em analisar o fluxo de comércio entre os países membros dos BRICS no período entre 1995 e 2013, bem como o comércio intra-indústria entre o Brasil e os demais países dos BRICS. Para tanto, a metodologia compreende a utilização de dados sobre importações e exportações dos países em questão, além da estimativa do índice de Grubel Llyod para o comércio intra-industrial. Os resultados apontam que, em termos agregados, há avanços do comércio entre o Brasil e os países dos BRICS, principalmente a partir de 2001. Já os avanços no comércio intra-indústria decorrem, em muitos casos, de forma heterogênea entre os setores no comércio bilateral com o Brasil e que também predominam valores mais elevados para o índice de comércio intra-indústria em setores distintos entre os países.

Palavras-chave: BRICS. Comércio intra-indústria. Crescimento

Classificação JEL: F14, F43

ABSTRACT

In the beginning of 2000s, BRICS emerged to denote the group of countries compound Brazil, Russia, India, China and South Africa. These countries, notwithstanding having different political and economic path, have some characteristics in common: high population, high territorial extension and considerable growth rates from this period. These, as suggested, indicate that these countries can jointly get significant growth rates in the medium-term, surpassing the group of nations with the highest GDP in the 1990s. From this, the purpose of the research is analyze the trade flow between BRICS member during the years 1995 – 2013 as well as intra-industry trade between Brazil and the others BRICS countries. The methodology comprises imports and exports data of the countries, beyond the estimate of Grubel Lloyd index of intra-industry trade. The results show us that, in aggregate, there are improvement in trade between Brazil and BRICS countries, chiefly from 2001 onwards. Yet, advances in intra-industry trade, in many cases, occur in heterogeneous way in bilateral trade with Brazil and also predominates high values for the intra-industry trade in different sectors across BRICS countries.

Keywords: BRICS. Trade intra-industry. Growth

JEL Classification: F14, F43

1 INTRODUÇÃO

O termo BRICS faz alusão ao grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Esses países, em conjunto, teriam potencial em médio prazo para obterem

* Mestre em Economia pela PUC/SP; Professor das Faculdades Metropolitanas Unidas e do Centro Universitário SENAC/SP; E-mail: fernandohtaques@gmail.com

** Economista pela FMU. E-mail: helo.hca@gmail.com

*** Mestre em Economia pela PUC/SP; E-mail: marorestes@hotmail.com

taxas de crescimento superiores às economias desenvolvidas do G6 (Alemanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido).

Apesar das diferenças de natureza política, econômica e cultural, os BRICS possuem semelhanças por terem enfrentado crises nas décadas de 1980 e/ou 1990, que suscitaram mudanças na conduta da política econômica visando o crescimento de suas economias.

Essa trajetória, conforme aponta a literatura, é dada por algumas características em comum entre os países. De acordo com Baptista Neto (2014), os cinco países em conjunto possuem PIB (Produto Interno Bruto) de US\$ 18,5 trilhões, 40% da população mundial e 25% do território do planeta e contam ainda com grande fluxo de investimentos. De maneira complementar, Baumann (2009) aponta que o desempenho recente dos países dos BRICS e seus indicadores macroeconômicos indicam grandes mercados internos que, por sua vez, levam a possibilidade de obter exportações viabilizadas pelo crescimento econômico, todavia um crescimento liderado pelas exportações implica em maiores espaços para o desenvolvimento de relações internacionais.

Além do crescimento econômico, os países dos BRICS também obtiveram relevância no comércio internacional. Em 2006 já eram responsáveis por 13,1% do comércio mundial (BAUMANN, 2009). Santos *et al.* (2013) apontam que as políticas comerciais desse grupo de países trazem uma preocupação recorrente com a busca por novas alianças e novos mercados para o escoamento de suas produções, inclusive entre os próprios países, mediante a negociação via acordos comerciais.

Baumann *et al.* (2015) destacam que uma das principais estratégias entre os países membros dos BRICS consiste na cooperação para desenvolvimento da indústria e infraestrutura. Assim, é de interesse intensificar os fluxos de comércio e investimentos para gerar maior nível de produção nas indústrias, mas também fomentar maior nível de emprego e renda. Para tal fim, a proposta consiste no estímulo ao investimento direto estrangeiro (IDE), criação de um banco de desenvolvimento para mobilização de recursos em projetos de infraestrutura, indústrias e desenvolvimento sustentável e também criação de ferramentas que permitam uma maior estabilidade no sistema financeiro internacional.

Isto posto, diante da relevância desse conjunto de países em termos de crescimento do produto mundial, a questão central da pesquisa está voltada para compreender se, a partir dos anos 2000, houve um aumento significativo no fluxo de comércio do Brasil com a África do Sul, China, Índia e Rússia, bem como quais foram os setores mais beneficiados nessa relação. Portanto, o objetivo da pesquisa consiste em analisar o fluxo de comércio entre os países dos BRICS, bem como as alterações no comércio intra-industrial entre o Brasil e os demais membros, no período entre 1995 e 2013.

A justificativa de pesquisa reside em investigar os efeitos do comércio entre indústrias para os países de interesse, uma vez que o aumento de intensidade no fluxo de comércio entre as partes pode trazer benefícios mútuos, tanto do ponto de vista do fomento da produção local de bens e serviço, gerando assim aumento no nível de emprego, quanto do crescimento econômico dos países, tal como sugerem as abordagens teóricas de Adam Smith e David Ricardo sobre comércio internacional.

A metodologia empregada parte da utilização do índice de Grubel Lloyd como instrumento para verificar a integração intra-industrial, uma vez que este representa a compensação entre os valores de importações e exportações de uma mesma indústria. O conjunto de dados se refere ao período entre 1995 e 2013, cuja fonte é o UN Comtrade, sendo os cálculos realizados do Brasil em relação à África do Sul, China, Índia e

Rússia. Além disso, a análise intra-industrial conta com a segmentado em 14 setores, conforme metodologia descrita pelo International Trade Centre.

Desse modo, a hipótese é centrada em dois argumentos. O primeiro consiste em verificar se a constituição dos BRICS gerou avanços em termos de fluxos de comércio agregado entre os países. O segundo, por sua vez, parte da observação se houve avanços em termos de comércio intra-indústria entre o Brasil e os demais membros dos BRICS e, se tal cenário for constatado, em quais setores decorreu essa condição.

O trabalho está dividido em quatro seções, além da introdução e da conclusão. A primeira seção contempla aspectos gerais relativos aos BRICS, a segunda contempla uma breve apresentação sobre a dinâmica econômica desses países na década de 1990, indicando as principais alterações na conduta da política econômica. A terceira seção aborda a explanação da base de dados e metodologia, na última é exposta a análise do fluxo de comércio entre os países do bloco e também em termos intra-industriais.

2 BLOCOS ECONÔMICOS, INTREGAÇÃO ECONÔMICA E ALIANÇAS

A integração econômica é algo pensado nas sociedades desde o final do século XIX, normalmente com objetivos muito próximos: aumentar o comércio entre os proponentes de tal integração.

Conforme Lima (2013), existem diferenças entre as integrações econômicas que resultam na formação de blocos econômicos formais daquelas que reproduzirão informais. No primeiro caso, existe a criação de algo concreto, com assinatura de legislações pertinentes ao objetivo pré-estabelecido pelos signatários e a implementação de um conjunto de ações que concorrem para o objetivo inicial dos países que compõem esse bloco. Nesse modelo há como representantes a União Europeia e o Mercosul. Já no sentido de alianças informais, estas se constituem muito mais em fóruns de discussão e debates econômicos, do que algo estabelecido por um conjunto de normas e leis que todos devem seguir. Os maiores representantes deste *modus operandi* é o G7 e os BRICS.

A criação e a formação de blocos econômicos formais não são homogêneas, ou seja, existem diferentes graus de integração. Estes, por sua vez, podem ser divididos em cinco etapas conforme destacam Simões e Morini (2002): Zona de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica, Integração Econômica Total. As zonas de livre de comércio, forma mais embrionária e rudimentar de integração econômica, eliminam as barreiras e tarifas alfandegárias entre os países participantes; no entanto, cada um destes países permanece soberano para aplicar as tarifas e barreiras que lhes convier contra países que não participam deste bloco (LIMA, 2013; SIMÕES e MORINI, 2002).

A evolução no processo de integração entre nações vem com a criação de uma Tarifa Externa Comum (TEC) que será aplicada para as importações dos produtos provenientes de países que não compõem esse bloco. Nesse caso, é possível afirmar que esse bloco já se constitui uma União Aduaneira. O próximo passo (Mercado Comum) seria a eliminação não apenas das tarifas e barreiras que dificultam o comércio de mercadorias, mas sim eliminar qualquer entrave que dificulte a movimentação de trabalhadores, serviços e capitais dos países que pertencem a esse bloco (LIMA, 2013). As duas últimas etapas, mais complexas e muito mais abrangentes são a União Econômica e a Integração Econômica Total, quando haveria uma harmonização das políticas econômicas dos estados-membros (monetária e fiscal) – isso na União Econômica passando para uma unificação destas mesmas políticas – e chegando em uma integração total do bloco. Vale ressaltar que na quarta etapa (União Econômica) a adoção de uma moeda única pode acontecer (LIMA, 2013; SIMÕES e MORINI, 2002).

Contudo, nenhuma destas etapas está relacionada ao objeto deste estudo, os BRICS. Portanto, a união destes cinco países pode muito mais ser considerada uma aliança informal, um fórum de discussão que busca aumentar o comércio e a participação destes países no cenário econômico mundial.

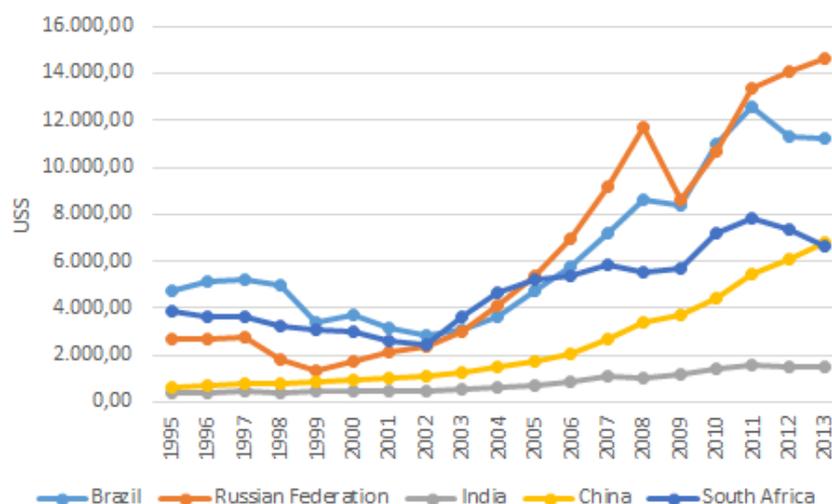
3 OS BRICS

O conjunto de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul constitui o BRICS, nomenclatura dada aos países que possuem grande potencial de crescimento da economia nas próximas décadas. Santos (2010) menciona que o termo BRICS data de 2001, a partir da divulgação do relatório *Building Better Global Economic Brics*, elaborado pelo Goldman Sachs. Nesse documento, foram apontadas projeções de crescimento econômico para o ano de 2050, cujo resultado indica que esses países superariam as taxas de crescimento de economias desenvolvidas como Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, França e Reino Unido.

Segundo Vieira e Veríssimo (2009), tais países possuem diversos aspectos em comum, tais como: tamanho geográfico, população elevada e nível de produto. Nesse sentido, teriam capacidade de impulsionar o crescimento econômico mundial em médio prazo, superando as principais economias em termos de renda *per capita*, crescimento do PIB e também em transações comerciais e financeiras.

Dados de 1995 a 2013 indicam um crescimento do PIB *per capita* para todos os países dos BRICS. África do Sul no período aumentou em 1,7 vezes essa relação, o Brasil 2,35 vezes, a economia indiana 3,9 vezes, a Rússia obteve um resultado de 5,47 vezes e, por fim, a China obteve o crescimento de 11,2 vezes de seu PIB *per capita* no período. Em termos absolutos, a Rússia possui o maior nível de PIB *per capita* em 2013 de todos os países dos BRICS (US\$ 14.611,70), seguida do Brasil (US\$ 11.208,08), China (US\$ 6.807,43), África do Sul (US\$ 6.617,91) e Índia (US\$ 1.498,87) (veja Gráfico 1).

Gráfico 1 – PIB *per capita* para os países do BRICS (1995-2013)

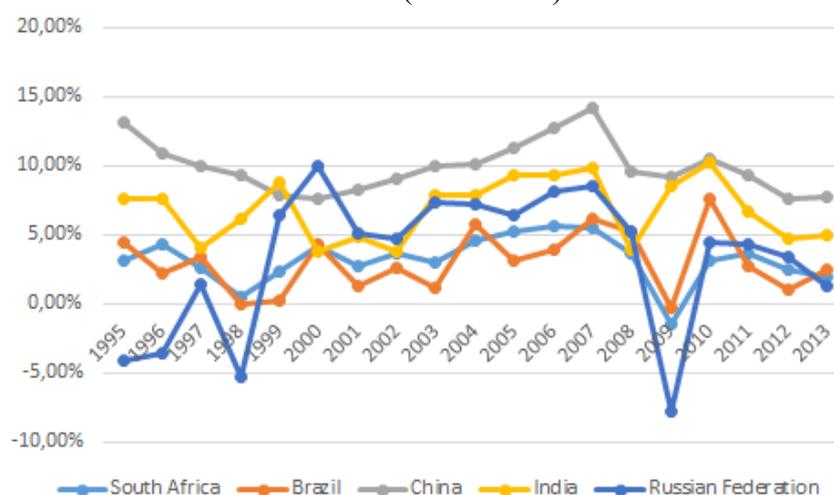


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do World Development Indicators

Entre 1995 e 2013 é possível identificar uma nítida trajetória de crescimento do PIB para esse conjunto de países, exceto para a África do Sul, Brasil e Rússia no ano de

2009, período esse marcado pelo efeito da crise do *subprime*¹ sobre as economias de todo o mundo (veja Gráfico 2).

Gráfico 2 – Taxa de crescimento anual do PIB para os países do BRICS (1995-2013)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do World Development Indicators

Já o período anterior ao ano de 2000 é marcado pela instabilidade em termos de crescimento do PIB em virtude de crises econômicas, mudanças políticas e/ou alterações na condução da política macroeconômica que promoveram, em alguns países, uma conduta voltada para a ortodoxia.

Assim, tal como reforça Santos (2010), é possível identificar um efeito *decoupling* dos países dos BRICS em relação às economias mais desenvolvidas desde a crise de 2008. O argumento é sustentado principalmente pela taxa de crescimento desses países acima da média obtida pelos países denominados como desenvolvidos frente aos efeitos da crise. Esse efeito, segundo O'Neill (2009), é dado pelo fato das economias dos BRICS terem uma grande demanda doméstica, o que possibilitaria o crescimento das economias, mesmo que haja uma desaceleração de importações de outros países. Nesse sentido, cabe entender ainda que brevemente os principais determinantes da trajetória de crescimento econômico recente dos países membros dos BRICS.

4 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA DINÂMICA ECONÔMICA DOS PAÍSES DOS BRICS NA DÉCADA DE 1990

4.1 Brasil

A economia brasileira, durante a década de 1980, sofreu forte impacto devido às crises do petróleo e ao endividamento externo, refletindo diretamente sobre a economia doméstica. Denominada como década perdida, o período foi marcado pelo crescimento da inflação, baixo crescimento econômico e diversas medidas mal sucedidas na contenção de seus efeitos.

Diante do cenário negativo, a década de 1990 inicia-se com a prioridade da estabilidade no nível de preços. Para tanto, o país centrou suas ações em reformas

¹ A crise de crédito de alto risco iniciada nos Estados Unidos teve sua origem no setor de compra e venda de títulos hipotecários de imóveis residenciais e resultou em uma grave crise financeira. Devido à importância da economia norte-americana, a escalada da crise gerou uma dimensão mundial contaminando os países desenvolvidos e também as economias em desenvolvimento (CARVALHO, 2010).

liberalizantes como a abertura comercial e financeira, desregulamentação dos mercados, privatizações e redução da atuação do estado (VIEIRA e VERÍSSIMO, 2009).

Carneiro (2002) expõe que a estratégia do Plano Real foi pautada na estabilidade de preços com objetivo de estímulo ao investimento privado, abertura comercial com câmbio sobrevalorizado, privatizações e investimento estrangeiro na indústria e infraestrutura, além de atração de poupança externa para financiar o déficit em conta corrente. Se por um lado a estabilidade foi atingida, por outro a abertura comercial gerou efeitos negativos no saldo comercial e desequilíbrio no balanço de pagamentos, refletindo em vulnerabilidades da economia brasileira. Ainda que os fluxos de investimento direto estrangeiro tenham ingressado em grandes volumes, estes não foram capazes de gerar maior crescimento, pois foram voltados para aquisição de empresas privatizadas ao invés de alocadas no setor produtivo. Com o objetivo da época era obter superávits primários, os resultados fiscais implicaram em queda no gasto público e redução de investimentos (CARNEIRO, 2002; VIEIRA e VERÍSSIMO, 2009).

Bresser-Pereira (2005) destaca que o quadro macroeconômico da época foi caracterizado pela baixa inflação, elevada taxa de juros básica, taxa de lucro esperada baixa, taxa de câmbio valorizada e fixa (manutenção da paridade com o dólar) e taxa real de salários, basicamente, estagnada.

Contudo, em 1999, o Brasil adotou o tripé baseado em metas de inflação, metas fiscais e flexibilidade cambial. A política cambial pautada na flutuação suja decorre dos ataques especulativos que reduziram acentuadamente o nível de reservas cambiais do país, efeito esse inclusive advindo da estabilidade econômica de outros países emergentes. A vulnerabilidade da economia brasileira foi decorrente da liberalização da economia e a adoção de um programa de estabilização de combate à inflação atrelado aos fluxos de capitais externos (SILVA, 2002; SICSÚ, 2007).

Já a partir de 2002, o crescimento das exportações líquidas reduz a vulnerabilidade da economia brasileira. Ainda com a mudança de cenário, o tripé convencional da política macroeconômica pautada em metas de inflação, câmbio flutuante e metas de superávit primário permaneceu. Mesmo que em um momento inicial da década as taxas de crescimento econômico não tenham sido muito significativas, a partir de 2006 o crescimento segue uma trajetória de aceleração (SERRANO e SUMMA, 2011; VIEIRA e VERÍSSIMO, 2009).

4.2 Rússia

A trajetória de crescimento econômico da Rússia, iniciada a partir de 1999, foi acompanhada de outros fatores como taxas de inflação em queda, conta fiscal e corrente superavitárias e aumento no nível de reservas internacionais. Os principais fatores apontados para esses resultados são: a) elevação nos preços do petróleo que aumentou cerca de 4,5 vezes entre 1999 e 2007, b) moeda desvalorizada, c) fortalecimento da produção da indústria e do setor de serviços; e d) fortalecimento do mercado interno (DE PAULA e FERRARI FILHO, 2006; VIEIRA E VERÍSSIMO, 2009).

Na década de 1990, o país deu início ao processo de liberalização comercial. Foi estabelecido o acordo de livre comércio com países membros da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), o que se refletia na prática na isenção de impostos de importação para aumentar o fluxo de comércio entre os países (SILVA e PERUFFO, 2012).

De Paula e Ferrari Filho (2006) ressaltam que o crescimento dos preços dos produtos naturais que são exportados pelo país, tais como petróleo, gás, eletricidade e hidrocarbonetos foram favoráveis para obtenção de superávits na balança comercial no período após a crise enfrentada pela Rússia no final da década de 1990. Segundo Silva e

Peruffo (2012), esses produtos são responsáveis por cerca de 2/3 do total exportado pelo país.

O fator câmbio desvalorizado, por sua vez, atuou no estímulo às exportações, uma vez que o país adotou um modelo de substituição de importações. Tabata (2009) e Pomeranz (2009) revelam que o modelo de substituição de importações após a crise de 1998 durou dois anos com uma desvalorização acentuada da moeda local (quase metade, em termos reais). Segundo o primeiro-ministro na época, Vladimir Putin, mesmo diante do aumento do preço do petróleo, a demanda doméstica para consumo seria suficiente para impulsionar o processo de substituição de importações, ainda contando com um aumento da produção das empresas estrangeiras situadas no país.

As importações estão voltadas principalmente para máquinas, equipamentos e meios de transporte (principalmente automóveis), produtos alimentícios e matérias-primas agrícolas e produtos voltados para a indústria química, principalmente a borracha (POMERANZ, 2009).

De acordo com Owen e Robinson (2003) e Vieira e Veríssimo (2009), houve aumentos de salários, acima da inflação, acompanhado da queda nas taxas de juros resultou em expansão do consumo no país. De maneira concomitante, houve um ajuste fiscal que resultou em queda da dívida pública, especialmente no final dos anos 1990. Esse conjunto de fatores, além da elevação do nível de reservas e frente ao bom desempenho da balança comercial, resultou na queda da vulnerabilidade do país (DE PAULA e FERRARI FILHO, 2006).

Pomeranz (2009) destaca, ainda, o estímulo do governo russo ao mercado interno, principalmente identificado através da expansão do comércio varejista e de construção que obtiveram crescimentos acentuados (acima de 12%) na segunda metade dos anos 2000. Embora a produção industrial tenha crescido em um ritmo mais lento, houve a expansão em outras indústrias que não voltadas para extração mineral, cabe destaque principalmente para a indústria de transformação (taxa de crescimento anual acima de 7% nos anos 2000).

Ainda segundo a autora, o maior problema enfrentado pelo país diz respeito à inflação que ainda que tenha sido reduzida ao longo dos anos 2000, sofreu novo aumento a partir de 2007 atingindo o nível de 15% em 2008. Os fatores que explicam esse resultado estão atrelados ao crescimento da demanda interna (consumo e também investimento), preços dos produtos alimentares que são ainda grande parte da pauta de importações do país e também a política monetária (aumento da oferta de moeda) e cambial imposta pelo governo.

4.3 Índia

Prates e Cintra (2009) destacam que, a partir da década de 1980, a Índia passou a apresentar uma combinação de taxas de crescimento significativas com inflação em patamares baixos. Esse resultado foi decorrente, principalmente, das reformas adotadas no país e da alteração na conduta macroeconômica do país.

As reformas consistiram em uma desmontagem relativa de uma estratégia de desenvolvimento pregressa das décadas anteriores, pautada principalmente na maior permissão de licenciamento industrial e de importações, incentivos às exportações (isenções, redução das taxas de juros nos financiamentos à exportação) e uma série de minirreformas tributárias. Em outra mão, as políticas internas foram favoráveis aos investimentos, pautadas em políticas fiscais expansionistas, taxa de câmbio fixo que favoreciam as exportações e taxas de juros reduzidas. Essas políticas macroeconômicas resultaram em déficits sucessivos nas contas comerciais e balanço de pagamentos, financiados via endividamento externo. A apreciação da moeda indiana dada a política cambial permitiu um estímulo às importações e redução da competitividade das

exportações, o que resultaria em uma crise cambial no ano de 1991 (PRATES e CINTRA, 2009).

Frente a esse cenário, a Índia adotou uma postura de cunho liberal para conter os efeitos da crise. A nova estratégia foi pautada na premissa liberal com abertura externa. As reformas liberalizantes contemplaram alterações na política industrial, inclusive com estímulo ao investimento direto estrangeiro, liberalização comercial, reforma do sistema financeiro doméstico e abertura financeira. Foi extinto o regime de licenciamento industrial para grande parte dos setores, promovida a participação do setor privado em empresas públicas que possuíam características de monopólio estatal (sendo mantido o controle estatal). Essas medidas aliadas ao incentivo em políticas científicas, tecnológicas e educacionais possibilitaram nos anos seguintes maior dinamismo às exportações dos setores de média e alta tecnologia da Índia (PRATES e CINTRA, 2009; CRUZ, 2007; NASSIF, 2006).

Sobre o investimento direto estrangeiro, Silva (2004) aponta dois fatores condicionantes. O primeiro é que os IDE com participação superior a 51% de controle de capital passaram a receber aprovação automática em setores considerados prioritários para a Índia (principalmente voltados aos parques tecnológicos do país que atraíram conglomerados multinacionais e aos projetos de infraestrutura), assim bastava o registro no *Bank of India* para aprovação. Por outro lado, houve a criação do *Foreign Investment Promotion Board*, cuja função estava associada à promoção de investimentos estrangeiros mediante avaliação de propostas de IDE que não foram aprovados pelos procedimentos impostos pelo país.

A abertura comercial, por sua vez, contou praticamente com a extinção do licenciamento às exportações e uma reforma nas tarifas aduaneiras que foram reduzidas de forma gradual (PANAGARIYA, 2004; PRATES e CINTRA, 2009; NASSIF, 2006).

A combinação desses fatores resultou no aumento das taxas de crescimento do PIB mediante um controle das exportações de serviços intensivos em tecnologia. Houve superávits crescentes na conta de serviços e déficits na balança de bens. A conta corrente de comércio apresentou saldo positivo unicamente no período 2001-2003, sendo negativo nos demais períodos entre 1991 e 2007. Pelo lado financeiro, houve uma série de reformas no sentido de estímulo ao ingresso de agentes estrangeiros, ampliação do mercado para negociação de ações e títulos. A principal proposta consistia na ampliação da mobilidade de capitais, mesmo que de forma gradual (CRUZ, 2007; PRATES e CINTRA, 2009)

Pelo aspecto cambial, a partir de 1993 a Índia adota um regime de flutuação suja para o câmbio, mediante intervenções ativas. A escolha por esse regime foi pautada na maior volatilidade dos fluxos de capitais, menor dimensão dos mercados de câmbio e financeiro em relação a esses fluxos e também o descasamento de moedas devido ao acúmulo de passivos internos e externos (PRATES e CINTRA, 2009; MOHANTY e SCATIGNA, 2005; GREENVILLE, 2000; NAYYAR, 2000; MOHAN, 2008).

A política fiscal foi pautada em déficits fiscais recorrentes na década de 2000. Prates e Cintra (2009) mencionam que, devido à preservação de um sistema financeiro regulado, no qual os bancos tinham a necessidade de aplicação de 25% dos ativos em títulos públicos, além da participação estrangeira no mercado de dívida pública, houve uma expansão do gasto público visando estimular a demanda agregada.

4.4 China

O crescimento chinês esteve associado a uma série de mudanças implantadas no país durante as décadas de 1980 e 1990. Dentre as principais modificações, cabe destaque para o foco direcionado ao investimento externo, a abertura comercial, o

estímulo às exportações, a criação das zonas econômicas especiais e a rigidez na política cambial desvalorizada (ANDRADE, 2006).

A criação das zonas econômicas especiais, durante a década de 1990, favoreceu a instalação de empresas no país mediante vantagens fiscais e redução da burocracia, além da possibilidade de oferta de mão de obra a custos mais acessíveis. Com tais medidas houve estímulo para o ingresso de capital externo via investimento direto e firmas estrangeiras, essencialmente as voltadas para a exportação. Os investimentos eram direcionados principalmente para a infraestrutura, obras públicas e setores industriais, sendo alocado maior investimento nos setores intensivo em mão de obra (SILBERT, 2012; SANTILLÁN e SILBERT, 2012).

A abertura externa introduziu capital e instalação de multinacionais no país. Com isso a China obteve vantagens competitivas ao passo que as exportações financiaram as importações, o que gerou efeitos multiplicadores na economia local, promovendo o desenvolvimento do país (AVILA, 2008).

Braga (2012) destaca que, para o mercado interno, o Estado chinês permitiu um maior poder de decisão às empresas, institutos de pesquisa e estatais para definição de suas organizações estruturais. Tal cenário possibilitou uma maior autonomia às empresas sobre os lucros, gerando um reinvestimento por parte das empresas na própria economia local. Já as empresas exportadoras, por sua vez, passaram a ter a possibilidade de remeter seus lucros aos países de origem. Em outra via, o mercado externo foi importante no crescimento econômico da China principalmente para financiar as modernizações no país e uma série de investimentos em diversas áreas (AVILA, 2008).

Sobre a política cambial, Medeiros (2008) ressalta que o câmbio desvalorizado possibilitou uma vantagem competitiva ao permitir uma redução na vulnerabilidade do país e manutenção das taxas de crescimento da economia. Com a desvalorização da moeda, os preços dos produtos que não eram competitivos foram reduzidos, gerando um efeito positivo sobre as exportações (VIEIRA, 2006).

Por outra frente, a política de restrição das importações e incentivo às exportações (principalmente exportação de produtos intermediários), combinada com o baixo custo de mão de obra e impostos para montagem e reexportação, gerou incentivos para a instalação de diversas empresas no país nos anos de 1990. Já nos anos 2000, há modificação no perfil das exportações do país que passou a ser predominantemente de produtos manufaturados, refletindo em um aumento na proporção de bens associados à mão de obra qualificada e insumos tecnológicos (ANDRADE, 2006).

Andrade (2006) ainda menciona o papel do controle de capitais como política de proteção a choques externos e possível volatilidade dos fluxos de capitais. Em complemento, ressalta as elevadas taxas de poupança e investimento, além da formação bruta de capital fixo que apresentou considerável crescimento nas décadas de 1990 e de 2000. Sobre o fluxo de investimento direto estrangeiro (IDE), houve um crescimento significativo já na década de 1990, crescimento esse que seguiu na década seguinte, saltando de US\$ 47 bilhões, em 2003, para US\$ 100 bilhões, em 2007. Esse resultado é decorrente de um cenário positivo em termos de perspectivas de negócios a longo prazo e pelo menor controle do governo chinês sobre os fluxos de IDE. Todavia, os empréstimos externos foram reduzidos em virtude de restrições de empréstimos do exterior e os capitais de portfólio (DE PAULA e FERRARI FILHO, 2006; VIEIRA e VERÍSSIMO, 2009).

A China, ainda assim, segundo Rodrik (2006), não seguiu um modelo de maior integração global, o país segue uma abertura comercial gradual e com defasagens em termos de reformas comerciais e financeiras, além de aplicar barreiras tarifárias, não tarifárias e licenças comerciais, bem como controles sobre fluxos de capitais.

4.5 África do Sul

Na década de 1980, a África do Sul passou por um período de queda na taxa de crescimento econômico, principalmente advindo da limitação da expansão da demanda interna e da crise internacional do petróleo no mesmo período. Devido à liberalização do mercado de capitais, o ouro, principal fonte de exportação do país, perdeu o papel de reserva de valor, resultando em uma acentuada dívida externa. A consequência desses fatores foi uma perda de competitividade da indústria de transformação e queda no investimento (BARBOSA e TEPASSÊ, 2009).

A partir de 1994 o país inicia um período de crise de endividamento externo, acompanhado da necessidade de uma série de reformas estruturais no país. Diante desse cenário, foi adotada uma série de medidas de vertente ortodoxa, visando o crescimento econômico, aumento no nível de emprego e políticas de redistribuição da renda, aliada a uma política macroeconômica que privilegiava a inflação baixa e uma política cambial favorável às exportações. As primeiras ações foram direcionadas para uma política fiscal e monetária rígidas (corte de despesas, de custeio e também subsídios), liberalização da conta de capital e independência do Banco Central (HIRSCH, 2005; BARBOSA e TEPASSÊ, 2009).

Com uma baixa resposta em termos de crescimento, em 1996, o governo lança o Gear, cuja proposta consistiu em redução do déficit fiscal com vistas a estimular o investimento privado, seja local, seja estrangeiro, além de aliviar a política monetária restritiva. Para o câmbio, a intenção foi estabelecer um patamar competitivo para a taxa de câmbio real, processo esse acompanhado pela redução de tarifas industriais para tornar as empresas locais mais competitivas. Contando com uma elevada taxa de juros, que persistiria nos anos posteriores, o fluxo de capitais no ano seguinte já foi positivo de maneira acentuada, levando o país a uma inflação menor e redução no déficit fiscal. Todavia, pelo lado monetário a restrição gerou queda no investimento privado, gerando efeitos negativos sobre o consumo e mercado de trabalho, fazendo com que as metas previstas não fossem atingidas (HUGUES, 2006; BARBOSA e TEPASSÊ, 2009).

Por outro lado, o processo de privatização na África do Sul seguiu as seguintes premissas: empresas não estratégicas para o governo deveriam ser plenamente privatizadas, enquanto as mais relevantes passariam por uma reestruturação com objetivo de aumentar a eficiência através de venda parcial das ações. As concessões foram ampliadas no campo da infraestrutura e as políticas público-privadas estimuladas em âmbito municipal (GUMEDE, 2005; BARBOSA e TEPASSÊ, 2009).

A fuga de capitais no início dos anos 2000, pela crise internacional, forçou uma nova desvalorização da moeda no período. Com esse resultado, houve um breve período de superávit comercial, além da reversão do déficit em conta corrente, todavia acompanhado do aumento da inflação e da taxa de juro real. Com o retorno dos fluxos comerciais já em 2003, a apreciação cambial levou a uma queda na inflação e redução na taxa de juros, embora de maneira não acentuada. Já a taxa de investimento se elevou no período entre 2000 e 2007, o que resultou em novos empregos no país devido aos gastos do governo e pela facilidade de importações. Como resultado, o crescimento econômico foi constatado para o período entre 2003 e 2007, refletindo diretamente sobre o déficit em transações correntes, que se expandiu acentuadamente (MAKGETLA e VAN MEELIS, 2007; DRAPER e FREITAG, 2008; BARBOSA e TEPASSÊ, 2009).

Assim, é possível identificar um processo de crise anterior a meados da década de 1990 que propiciou mudanças no modelo de condução da política econômica. A partir da segunda metade da década, a diretriz central passou a contar com medidas ortodoxas que predominaram até o início dos anos 2000. O período seguinte foi marcado por certa flexibilidade dessas medidas ortodoxas, mantendo o país com uma maior inserção externa (BARBOSA e TEPASSÊ, 2009).

5 BASE DE DADOS E METODOLOGIA

A base de dados para a análise das relações comerciais envolvendo os BRICS é originária do UN Comtrade. Os indicadores usados na análise se referem aos dados de importação e exportação do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, tanto em termos totais quanto por setores, no período entre 1995 e 2013.

A primeira etapa da análise consiste em verificar a evolução do fluxo de comércio total entre os países. Dessa forma, procura-se identificar se os acordos firmados entre os países, desde a constituição dos BRICS, trouxeram avanços para os países, tendência essa esperada para manutenção das taxas de crescimento dessas economias. A segunda parte da análise compreende uma análise de comércio intra-indústria a partir de 14 setores² para o fluxo de comércio específico entre grupos de produtos.

A partir de 1960, a literatura aborda a questão do comércio intra-indústria (CII), ou seja, a condição em que dois países realizam trocas de produtos (importam e exportam simultaneamente) de uma mesma origem industrial, perspectiva essa oposta ao argumento de comércio interindustrial (CEI), quando dois países comercializam produtos de distintas indústrias (CARMO e BITTENCOURT, 2011).

De maneira complementar, Vasconcelos (2003) afirma que o comércio intra-indústria é dado pela exportação e importação, entre dois países (ou grupo deles), de produtos de um mesmo segmento industrial. Por sua vez, o comércio interindústria compreende o intercâmbio entre diferentes setores de atividade. Grubel e Lloyd (1975, *apud* VASCONCELOS, 2003, pg. 285) definem o CII como sendo o valor das exportações de uma determinada indústria que é compensado por importações de uma mesma indústria.

Assim, o comércio intra-indústria (CII) pode ser mensurado através do comércio total (TC) entre quaisquer dois países em um determinado período do tempo e do comércio interindústria (CEI) (CARMO e BITTENCOURT, 2011). Algebricamente:

$$TC_{kijt} = (X_{kijt} + M_{kijt}) \quad (1)$$

$$CEI = |X_{kijt} - M_{kijt}| \quad (2)$$

De (1) e (2) é possível obter o CII:

$$CII_{kijt} = (X_{kijt} + M_{kijt}) - |X_{kijt} - M_{kijt}| \quad (3)$$

Onde, k indica o produto, i e j são os países e t indica o período. Por sua vez, TC representa o total comercializado entre os países, CEI o comércio interindústria e CII o comércio intra-indústria. Por fim, X e M correspondem aos valores das exportações e das importações do produto k .

Transformando a equação (3) no índice de Grubel Lloyd:

$$IGL_{kijt} = \frac{CII_{kijt}}{TC_{kijt}}, \quad 0 \leq IGL_{kijt} \leq 1 \quad (4)$$

Ou então:

$$IGL_{kijt} = 1 - \frac{CEI_{kijt}}{TC_{kijt}} \quad (5)$$

Segundo Vasconcelos (2003), quando todo o comércio for explicado pelo comércio interindústria, o índice é zero, ao passo que se todo comércio for intra-

² A segmentação em 14 setores e quais produtos compõem cada um dos setores segue o critério do Trade Performance Index (TPI) Technical Notes do International Trade Centre (ITC).

indústria, o índice é igual a um, caso em que o valor exportações seria igual ao valor das importações de cada bem da indústria.

6 O COMÉRCIO ENTRE OS PAÍSES DOS BRICS

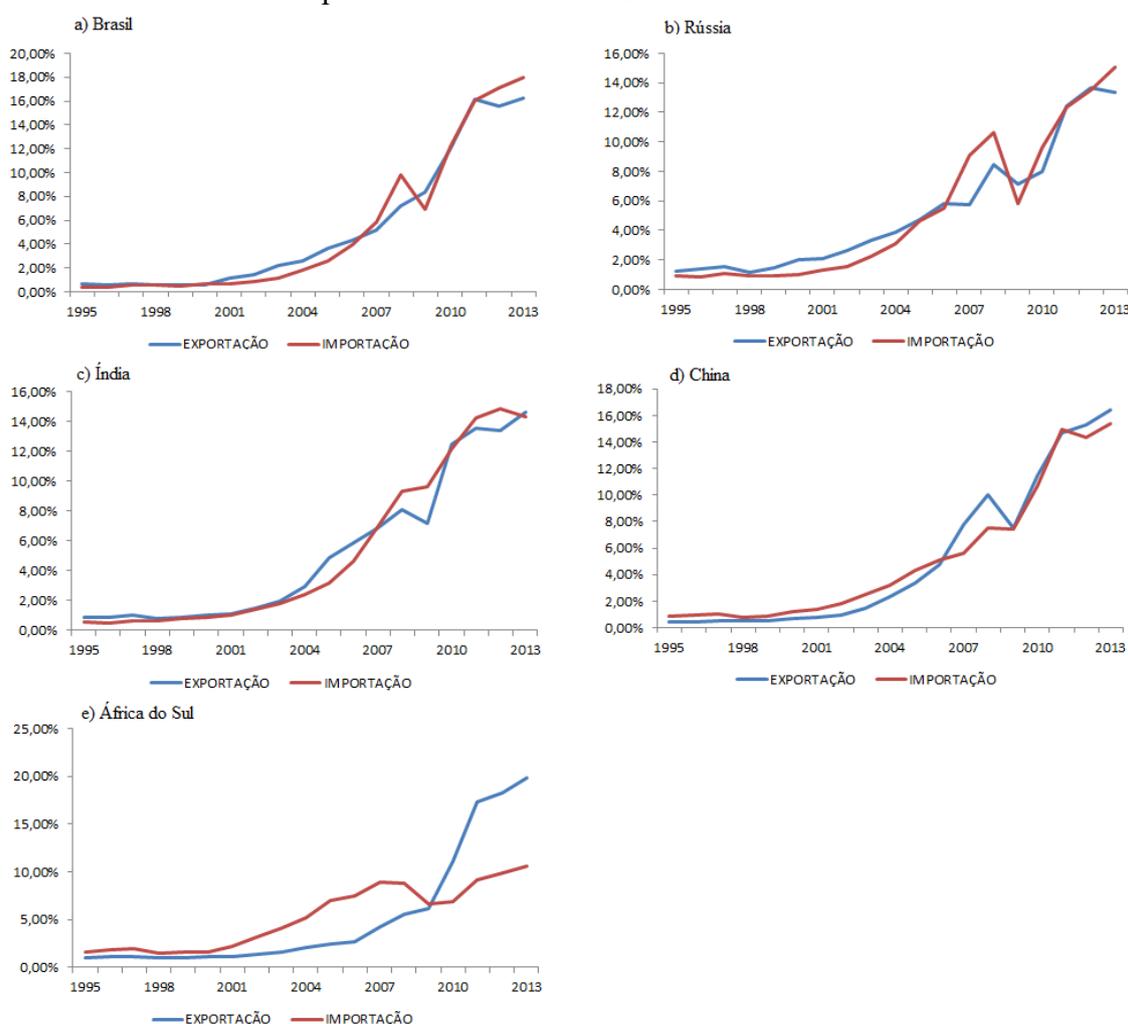
6.1 Fluxos de Comércio

Os gráficos abaixo ilustram o fluxo de comércio (importação e exportação) entre os países dos BRICS. Para cada gráfico é elaborada a informação do país de interesse em relação aos outros quatro países do grupo. Os gráficos foram gerados a partir do somatório dos valores de importações e exportações do período entre 1995 e 2009 e, a partir dessa informação, identificada a participação percentual em cada ano.

É possível identificar, para cada um dos países, que entre o ano de 2000 e 2001 há uma mudança na trajetória de fluxo com os demais países dos BRICS, seja em termos de importação ou exportação, reflexo desse dos acordos elaborados entre os países.

No caso do Brasil (Gráfico 3a), o valor total das exportações com os países dos BRICS foi de US\$ 331.542.234,67, entre 1995 e 2013. Desse montante, mais de 80% se deu no período entre 2007 e 2013, o que indica um fluxo cada vez mais intenso com esses países nos últimos anos, mesmo mediante a crise de 2008.

Gráfico 3 – Participação relativa no fluxo de comércio entre o país e os quatro demais membros dos BRICS no período entre 1995-2013



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UN Comtrade

Cabe ainda destacar que, no início da série, a China, entre os BRICS, era o principal destino das exportações brasileiras com uma participação de 51%, contra 14% da Índia, 24% da Rússia e 11% da África do Sul. Ao final da série, em 2013, a China é responsável por 85%, cabendo menos de 6% para cada um dos demais países. Embora relativamente Índia, Rússia e África do Sul tenham diminuído sua participação, em termos absolutos as exportações para esses destinos têm apresentado crescimento a partir de 2001. Para as importações a trajetória apresenta resultados similares às exportações, assim como para os demais países dos BRICS.

Os dados da Rússia (Gráfico 3b) indicam movimento similar. A partir de 2001, há um crescimento mais significativo das exportações para os países membros dos BRICS. Do volume total exportado nos 19 anos da série, 68% se concentrou entre 2007 e 2013, demonstrando uma maior proximidade dos países em termos de fluxo de comércio. Novamente, a China é o principal destino das exportações entre os membros dos BRICS, contando com uma participação de 87% em 1995 e em 2013 com 80%. África do Sul e Brasil são mercados com menor participação das exportações oriundas da Rússia, ao passo que a Índia abarca entre 10% e 25% das participações das exportações entre o conjunto de países na série.

A China (Gráfico 3d), por sua vez, a partir de 2000, também apresentou uma trajetória crescente de comércio com os demais países dos BRICS. O volume de exportações entre 1995 e 2013 do país perfaz US\$ 916.960.974,60. Mais de 75% desse montante se deu no período entre 2008 e 2013, demonstrando o crescimento recente do volume transacionado com Brasil, Índia, Rússia e África do Sul. Em 1995, o principal destino das exportações entre esses países era a Rússia com 44%, cabendo à Índia e ao Brasil 20% cada e à África do Sul 16%. Já em 2013, Rússia e Índia são os países com maior participação, 32%, enquanto Brasil mantém a participação em torno de 20% e África do Sul descreve em termos relativos. Em valores absolutos, a exportações é crescente para todos os países ao longo da série.

Por fim, para a África do Sul (Gráfico 3e) também se constata uma trajetória de crescimento das exportações com os demais países dos BRICS a partir do ano de 2001. Embora detenha o menor volume de exportações no período (US\$ 173.405.040,58) entre os países em análise, o país apresenta a maior variação de parceiros quando observada a participação em termos relativos de suas exportações. Enquanto, em 1995, a Índia era responsável 46% do total de exportações para os países do BRICS, a economia chinesa detinha participação de 39%, cabendo ao Brasil 12% e 3% para a Rússia. Já em 2013, a China se tornou principal exportadora entre o conjunto de países com 83%, seguida da Índia com 13% e Brasil e Rússia com menos de 2% cada. Nota-se, portanto, uma grande dependência do crescimento chinês no período recente para as exportações sul-africanas, entre o grupo dos BRICS. Em termos globais, é possível identificar que o fluxo de comércio entre o Brasil e os países dos BRICS aumentou consideravelmente entre 1995 e 2013. Em 1995, os BRICS eram responsáveis por apenas 1,38% das importações do Brasil, enquanto em 2013 atingiu a participação de 19,64%. Por outro lado, os BRICS eram responsáveis por apenas 4,5% das exportações brasileiras. Em 2013, a participação é de 22,28%. Os resultados são decorrentes de um ambiente econômico mais favorável aos países em 2013, ante o período de 1995, período marcado pela instabilidade econômico.

Além disso, de acordo com Reis (2012), o Brasil já considerava Rússia, Índia e China, além da África do Sul, como parceiros estratégicos em virtude desses países possuírem vastos territórios, grandes populações, serem ricos em recursos naturais e também já deterem um determinado grau de desenvolvimento tecnológico e científico. Especificamente sobre a China, desde 1993 já há uma proximidade em termos de relações bilaterais.

Tabela 1 – Importações e exportações do Brasil com os BRICS e resto do mundo (1995 e 2013)

Especificação	1995		2013	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Importações do Brasil				
Rússia	184.364.752	0,34%	2.676.065.591	1,12%
Índia	137.843.616	0,26%	6.357.300.153	2,65%
China	417.913.152	0,78	37.302.150.042	15,7%
África do sul	0	0,0%	719.630.275	0,30%
BRICS	740.121.520	1,38%	47.055.146.061	19,64
Resto do mundo	52.994.163.792	98,62%	192.565.758.844	80,36%
Mundo	53.734.285.312	100,00%	239.620.904.905	100,00%
Exportações do Brasil				
Rússia	569.263.424	1,22	2.974.145.104	1,23%
Índia	318.982.656	0,69%	3.130.072.734	1,29%
China	1.203.741.184	2,59%	46.026.153.046	19,01%
África do sul	0	0,00%	1.836.354.221	0,76%
BRICS	2.092.987.264	4,50%	53.966.725.105	22,28%
Resto do mundo	44.411.944.064	95,50%	188.211.328.679	77,72%
Mundo	46.504.931.328	100,00%	242.178.053.784	100,00%

Nota: Valor absoluto expresso em US\$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UN Comtrade

Reis (2012) ainda destaca que é perceptível um maior estreitamento em termos de comércio intra-BRICS a partir de uma série de eventos entre os países. A 1ª reunião de chanceleres do grupo BRIC data de 2006, posteriormente havendo diversos eventos de integração entre os países como fóruns empresariais formados nos encontros de cúpulas, encontro de ministros das finanças e outras áreas, a participação em fóruns empresariais, além das reuniões no âmbito do G-20 (20 maiores economias do mundo), como a realizada em 2014, cuja preocupação dos países foi centrada na reativação da economia mundial, ainda afetada pela crise de 2008, que limita em certa medida a expansão do crescimento dessas economias.

6.2 Comércio intra-indústria entre Brasil e os demais países dos BRICS

Para a análise do comércio intra-indústria entre Brasil e os demais países dos BRICS houve a segmentação do comércio em 14 setores, conforme metodologia descrita pelo *International Trade Centre* (ITC). Os setores são: 1) alimentos frescos e produtos de base agrícola cru; 2) alimentos processados e produtos de base agrícola; 3) madeira, produtos de madeira e papel; 4) fios, tecidos e têxteis; 5) químicos; 6) couro e produtos de couro; 7) metais e indústria de base; 8) máquinas não elétricas, 9) computadores, telecomunicações, consoles eletrônicos; 10) componentes eletrônicos; 11) equipamentos de transporte; 12) vestuário; 13) indústrias diversas e 14) minerais. A tabela abaixo ilustra o comércio intra-indústria por setores entre Brasil e China.

Para o período entre 1995 e 2013, os setores de alimentos processados (2) e couro (6) apresentaram um padrão de crescimento, ao passo que os setores de alimentos frescos (1), têxtil (4), químicos (5), máquinas não elétricas (8), computadores (9), componentes elétricos (10), equipamentos de transporte (11), indústrias diversas (13) e minerais (14) indicaram trajetória inversa. Os demais setores não mostram um padrão específico de comércio ao longo da série ou se mantiveram constantes (veja Tabela 2).

Tabela 2 – Índice de comércio intra-indústria, por setor, para o fluxo de comércio entre Brasil e China (1995-2013)

	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013
1 - Alimentos Frescos e Produtos de Base Agrícola Cru	0,951	0,464	0,254	0,037	0,026	0,043	0,042	0,036	0,068	0,064
2 - Alimentos Processados e Produtos de Base Agrícola	0,009	0,024	0,173	0,317	0,059	0,186	0,186	0,259	0,150	0,203
3 - Madeira, Produtos de Madeira e Papel	0,513	0,251	0,106	0,053	0,028	0,083	0,280	0,207	0,492	0,572
4 - Fios, Tecidos e Têxteis	0,027	0,056	0,013	0,029	0,136	0,036	0,013	0,008	0,005	0,007
5 - Químicos	0,625	0,497	0,374	0,278	0,519	0,442	0,321	0,487	0,252	0,170
6 - Couro e Produtos de Couro	0,100	0,356	0,851	0,811	0,664	0,705	0,711	0,838	0,658	0,907
7 - Metais e Indústria de Base	0,448	0,940	0,823	0,996	0,204	0,638	0,694	0,894	0,431	0,492
8 - Máquinas não elétricas	0,852	0,571	0,483	0,956	0,859	0,767	0,329	0,155	0,118	0,095
9 - Computadores, telecomunicação, Consoles	0,030	0,012	0,059	0,120	0,045	0,035	0,004	0,038	0,012	0,020
10 - Componentes Eletrônicos	0,353	0,097	0,054	0,176	0,170	0,060	0,022	0,030	0,028	0,017
11 - Equipamentos de Transporte	0,486	0,944	0,104	0,141	0,356	0,656	0,439	0,729	0,488	0,335
12 - Vestuário	0,000	0,000	0,000	0,000	0,001	0,001	0,001	0,001	0,000	0,000
13 - Indústrias Diversas	0,048	0,297	0,176	0,079	0,133	0,067	0,036	0,033	0,021	0,018
14 - Minerais	0,481	0,457	0,220	0,402	0,571	0,207	0,199	0,008	0,031	0,022

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UN Comtrade

No primeiro ano da série, os setores com maior índice de comércio intra-indústria são alimentos frescos (1), madeira (3), químicos (5), metais e indústria de base (7), máquinas não elétricas (8), equipamentos de transporte (11) e minerais (14), todos os setores com índice superior a 0,4. Já no período de 2013 há uma mudança nesse perfil, sendo identificado índice superior a 0,4, unicamente, para os setores de madeira (3), couro (6) e metais (7). Portanto, da análise agregada do comércio entre Brasil e China se depreende um claro crescimento no período, tanto em termos absolutos quanto relativos. Já em termos desagregados é possível notar um crescimento ao longo da série notadamente para o índice do couro.

No caso do comércio intra-indústria entre Brasil e Índia os resultados apontam para outra trajetória. Entre 1995 e 2013 há um crescimento do índice para os setores de alimentos frescos (1), madeira (3), couro (6), metais (7), equipamentos de transporte (11) e minerais (14). O efeito oposto é identificado para os setores de alimentos processados (2), têxteis (4), químicos (5), computadores (9), componentes eletrônicos (10) e indústrias diversas. Os demais setores apresentaram trajetória constante na série, ou então padrão não específico (veja Tabela 3).

Tabela 3 – Índice de comércio intra-indústria, por setor, para o fluxo de comércio entre Brasil e Índia (1995-2013)

	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013
1 - Alimentos Frescos e Produtos de Base Agrícola Cru	0,388	0,502	0,247	0,375	0,627	0,664	0,864	0,776	0,317	0,614
2 - Alimentos Processados e Produtos de Base Agrícola	0,183	0,321	0,014	0,038	0,027	0,014	0,119	0,021	0,283	0,116
3 - Madeira, Produtos de Madeira e Papel	0,108	0,368	0,118	0,061	0,051	0,164	0,399	0,469	0,295	0,713
4 - Fios, Tecidos e Têxteis	0,223	0,339	0,320	0,259	0,361	0,122	0,023	0,024	0,006	0,013
5 - Químicos	0,581	0,657	0,343	0,279	0,519	0,848	0,375	0,643	0,254	0,217
6 - Couro e Produtos de Couro	0,453	0,152	0,425	0,899	0,217	0,262	0,156	0,241	0,667	0,850
7 - Metais e Indústria de Base	0,135	0,416	0,699	0,975	0,990	0,850	0,804	0,682	0,937	0,319
8 - Máquinas não elétricas	0,434	0,312	0,624	0,547	0,568	0,535	0,910	0,882	0,555	0,439
9 - Computadores, telecomunicação, Consoles Eletrônicos	0,561	0,309	0,614	0,248	0,720	0,321	0,351	0,837	0,491	0,482
10 - Componentes Eletrônicos	0,389	0,277	0,344	0,584	0,952	0,776	0,979	0,377	0,148	0,098
11 - Equipamentos de Transporte	0,344	0,119	0,842	0,493	0,568	0,078	0,636	0,747	0,542	0,556
12 - Vestuário	0,000	0,001	0,003	0,000	0,000	0,000	0,004	0,001	0,001	0,000
13 - Indústrias Diversas	0,513	0,838	0,765	0,679	0,969	0,709	0,615	0,498	0,377	0,417
14 - Minerais	0,030	0,020	0,061	0,307	0,726	0,440	0,528	0,651	0,868	0,779

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UN Comtrade

Em 1995, apenas os setores de químicos (5), couro (6), máquinas não elétricas (8), computadores (9) e indústrias diversas (13) apresentaram índice superior a 0,4. Todavia, em 2013, o valor superior a 0,4 é obtido para os diversos setores, dentre eles alimentos frescos (1), madeira (3), couro (6), máquinas não elétricas (8), computadores (9), equipamentos de transporte (11), indústrias diversas (13) e minerais (14).

Se em termos agregados a Índia, apesar do crescimento entre 1995 e 2013, ainda conta com uma pequena participação no fluxo de comércio com o Brasil, em termos desagregados é possível notar um crescimento no índice intra-indústria principalmente para os setores de alimentos frescos (1), madeira (3), couro (6) e minerais (14).

Para o comércio intra-indústria entre Brasil e Rússia, no período entre 1995 e 2013, os dados indicam uma trajetória de crescimento do índice para os setores de alimentos processados (2), madeira (3), computadores (9), componentes eletrônicos (10), equipamentos de transporte (11) e vestuário (12). No caminho inverso, estão os setores de têxteis (4), químicos (5), metais (7), máquinas não elétricas (8), indústrias diversas (13) e minerais (14). Os demais setores indicaram uma trajetória contínua ou sem padrão definido na série (veja Tabela 4).

Tabela 4 – Índice de comércio intra-indústria, por setor, para o fluxo de comércio entre Brasil e Rússia (1995-2013)

	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013
1 - Alimentos Frescos e Produtos de Base Agrícola Cru	0,000	0,005	0,001	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
2 - Alimentos Processados e Produtos de Base Agrícola	0,006	0,008	0,000	0,000	0,000	0,000	0,003	0,001	0,001	0,045
3 - Madeira, Produtos de Madeira e Papel	0,033	0,073	0,521	0,065	0,798	0,747	0,939	0,461	0,627	0,653
4 - Fios, Tecidos e Têxteis	0,608	0,303	0,014	0,884	0,172	0,108	0,000	0,141	0,011	0,153
5 - Químicos	0,037	0,035	0,038	0,103	0,151	0,118	0,041	0,034	0,018	0,025
6 - Couro e Produtos de Couro	0,000	0,000	0,005	0,000	0,125	0,095	0,000	0,000	0,000	0,000
7 - Metais e Indústria de Base	0,712	0,634	0,116	0,282	0,636	0,469	0,535	0,426	0,469	0,637
8 - Máquinas não elétricas	0,815	0,696	0,032	0,741	0,857	0,003	0,135	0,890	0,021	0,063
9 - Computadores, telecomunicação, Consoles Eletrônicos	0,000	0,000	0,000	0,004	0,009	0,228	0,475	0,008	0,072	0,063
10 - Componentes Eletrônicos	0,375	0,044	0,001	0,044	0,853	0,013	0,331	0,052	0,783	0,543
11 - Equipamentos de Transporte	0,000	0,158	0,013	0,416	0,317	0,001	0,029	0,075	0,064	0,149
12 - Vestuário	0,001	0,078	0,000	0,000	0,032	0,081	0,464	0,013	0,776	0,371
13 - Indústrias Diversas	0,848	0,709	0,034	0,930	0,946	0,008	0,597	0,151	0,262	0,683
14 - Minerais	0,349	0,123	0,888	0,075	0,630	0,004	0,464	0,005	0,998	0,189

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UN Comtrade

Em 1995, os setores que obtiveram índice acima de 0,4 foram têxteis (4), metais (7) e indústrias diversas (13), unicamente. Já em 2013 os setores de madeira (3), metais (7), componentes eletrônicos (10) e indústrias diversas (13) apresentaram essa condição. Embora os fluxos de comércio do Brasil com a Rússia, em termos agregados ainda não sejam tão representativos, é possível notar um crescimento no período em questão. Em termos setoriais, o índice indica um crescimento no período mais acentuado no comércio intra-indústria para o setor de madeira (3) e componentes eletrônicos (10).

O índice intra-indústria entre Brasil África do Sul indica um crescimento, entre 1995 e 2013, para os setores de têxteis (4), couro (6) e metais (7). Já o cenário de queda ocorre para uma série de setores, entre os quais alimentos frescos (1), alimentos processados (2), madeira (3), químicos (5), máquinas não elétricas (8), computadores (9), componentes eletrônicos (10), equipamentos de transporte (11), vestuário (12), indústrias diversas (13) e minerais (14) (veja Tabela 5).

Em 1995, o comércio intra-indústria acima de 0,40 foi identificado para os setores de madeira (3), têxteis (4), químicos (5), metais (7), computadores (9), equipamentos (11), vestuário (12), indústrias diversas (13) e minerais (14). Por sua vez, em 2013, essa condição foi observada para os setores de têxteis (4), químicos (5), metais (7), computadores (9), indústrias diversas (13) e minerais (14).

Ainda que tenham ocorrido avanços em termos absolutos no fluxo agregado de comércio do Brasil com África do Sul, dentre os BRICS ainda é o país que possui menor participação relativa. Em termos desagregados, por setor, é possível notar crescimento representativo no índice intra-indústria para o setor de metais (7).

Tabela 5 – Índice de comércio intra-indústria, por setor, para o fluxo de comércio entre Brasil e África do Sul (1995-2013)

	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013
1 - Alimentos Frescos e Produtos de Base Agrícola Cru	0,155	0,130	0,150	0,138	0,088	0,022	0,019	0,024	0,020	0,049
2 - Alimentos Processados e Produtos de Base Agrícola	0,105	0,104	0,108	0,111	0,058	0,032	0,027	0,058	0,097	0,055
3 - Madeira, Produtos de Madeira e Papel	0,726	0,718	0,834	0,902	0,311	0,235	0,182	0,102	0,263	0,048
4 - Fios, Tecidos e Têxteis	0,441	0,504	0,379	0,449	0,600	0,807	0,842	0,470	0,262	0,578
5 - Químicos	0,937	0,970	0,851	0,797	0,854	0,819	0,971	0,877	0,640	0,547
6 - Couro e Produtos de Couro	0,016	0,015	0,018	0,018	0,004	0,006	0,025	0,009	0,019	0,157
7 - Metais e Indústria de Base	0,429	0,479	0,408	0,442	0,913	0,871	0,810	0,790	0,493	0,973
8 - Máquinas não elétricas	0,256	0,213	0,253	0,237	0,273	0,309	0,325	0,593	0,608	0,178
9 - Computadores, telecomunicação, Consoles Eletrônicos	0,643	0,650	0,752	0,947	0,224	0,301	0,996	0,794	0,674	0,497
10 - Componentes Eletrônicos	0,177	0,148	0,228	0,259	0,057	0,043	0,081	0,085	0,106	0,107
11 - Equipamentos de Transporte	0,522	0,402	0,496	0,420	0,032	0,036	0,071	0,027	0,042	0,090
12 - Vestuário	0,673	0,738	0,955	0,579	0,009	0,072	0,227	0,389	0,203	0,262
13 - Indústrias Diversas	0,664	0,614	0,704	0,460	0,347	0,202	0,259	0,409	0,615	0,586
14 - Minerais	0,580	0,657	0,554	0,942	0,796	0,952	0,701	0,552	0,657	0,423

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UN Comtrade

Embora os países dos BRICS tenham estruturas diferenciadas em termos políticos, econômicos e até institucionais, em alguns casos se assemelham na condução da economia. Essa concepção é vista principalmente a partir do início dos anos 2000, após os países sofrerem com crises econômicas que afetaram diretamente a trajetória de crescimento econômico. Se, por um lado, a escolha pela condução de cunho mais ortodoxo trouxe efeitos positivos no ajuste econômico, em termos de crescimento, os resultados somente foram sentidos a partir dos anos 2000. Assim, com a retomada do crescimento econômico, os países se aproximaram em termos comerciais com vistas a expandirem seus próprios mercados.

Assim, é possível afirmar que a formação dos BRICS trouxe benefícios em termos de fluxos de comércio para os países. No caso do Brasil, especificamente, enquanto em 1995 as importações ou exportações em relação aos países dos BRICS não superavam 5% do total do país, em 2013, tanto importações quanto exportações para esses mesmos países giram em torno de 20%. Embora haja avanços, cabe observar que a China se destaca largamente no fluxo de comércio do Brasil, o que suscita uma maior proximidade com os demais membros para mitigar uma dependência comercial do crescimento da economia chinesa.

Em outra frente, o comércio intra-indústria sinaliza uma heterogeneidade no valor do índice para os setores de um mesmo país, ou seja, enquanto alguns setores

obtiveram avanços nesse período, outros obtiveram uma redução no índice, perspectiva essa válida para a análise do Brasil para cada um dos quatro países dos BRICS. De maneira análoga, ainda é possível observar que não há um padrão comum de dependência setorial para todos os países dos BRICS, o que mitiga a possibilidade de efeitos adversos nos fluxos de comércio do Brasil com todos os países de maneira conjunta.

Por fim, cabe mencionar a ponderação apresentada na literatura por Carmo e Bittencourt (2009) que revela um possível efeito de proporcionalidade que diz respeito ao escalonamento dos dados de comércio que podem gerar assimetrias nos valores unitários de importação e exportação para obtenção do índice de Grubel Llyod. Outra limitação imposta à abordagem se refere à ausência de tratamento do efeito de custos de comércio que podem afetar o índice de comércio intra-indústria.

7 CONCLUSÃO

O objetivo da pesquisa foi centrado na análise dos fluxos de comércio entre os países dos BRICS e, mais especificamente, do comércio intra-indústria entre o Brasil e os demais países, a saber: Rússia, Índia, China e África do Sul.

Embora os BRICS tenham passado por crises econômicas nas décadas de 1980 e/ou 1990, com a mudança na condução da política econômica, pautada na ortodoxia, os países conseguiram evolução na taxa de crescimento a partir dos anos 2000, formando um grupo estrategicamente importante em termos de parceria comercial.

Os dados de fluxo de comércio indicam que, a partir de 2001, há um aumento de exportações e importações entre os países, sinalizando uma maior integração entre os países em termos agregados, fruto também da continuidade de reuniões e acordos ao longo do período. Especificamente para o Brasil em relação aos demais países, é notório o crescimento da participação dos BRICS na importação e exportação do país entre 1995 e 2013, contudo há de se ressaltar que há uma grande dependência do crescimento chinês, relegando aos demais países (Rússia, Índia e África) participações relativas ainda pouco significativas.

Em âmbito desagregado, ou seja, na perspectiva de análise de comércio intra-indústria, a análise contempla o comércio setorial entre Brasil e cada um dos demais membros dos BRICS. Os resultados sinalizam para uma heterogeneidade nos valores obtidos pelo índice, ou seja, alguns setores com trajetória de crescimento no período, enquanto outros indicam tendência inversa. Cabe ainda mencionar que os setores com maiores índices também não são necessariamente os mesmos entre os países, o que reduz a concentração e dependência em casos de cenários adversos para os setores.

Vale ainda ressaltar as limitações impostas na análise relativas ao custo de comércio e também um possível efeito de proporcionalidade que podem ter efeitos sobre o índice de comércio intra-indústria, tal como sugere a literatura.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. C. **Fatores condicionantes do crescimento econômico de longo prazo na China: Aspectos teóricos e investigação empírica.** Dissertação (mestrado) IE-UFU, Uberlândia, Minas Gerais, 2006.

BAPTISTA NETO, J. A. **O Brasil, os demais BRICS e a agenda do setor privado.** Câmara de Comércio Exterior, s/n, publicado em 21/07/2014.

BARBOSA, A. F.; TEPASSÊ, A. C. África do Sul pós-apartheid: Entre a ortodoxia da política econômica e a afirmação de uma política externa “soberana”. In: CARDOSO JUNIOR, J. C.; ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M. (Orgs.). **Trajetórias recentes de desenvolvimento: Estudos de experiências internacionais selecionadas**, livro 2, capítulo 8, Brasília, IPEA, pgs. 299-342, 2009.

BAUMANN, R. El comercio entre los países “BRICS”. **CEPAL**, LC/BRS/R.210, agosto de 2009.

BAUMANN, R.; DAMICO, F.; ABDENUR, A. E.; FOLLY, M.; COZENDEY, C. M.; FLÔRES JUNIOR, R. G. **BRICS: Estudos e documentos**. Brasília: FUNAG (Fundação Alexandre Gusmão), 2015.

BRAGA, K., G. **Inovação e subdesenvolvimento: O papel do governo e a contribuição do mercado interno**. 2012. 121f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Macroeconomia pós-plano Real: As relações básicas. In: SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F.; MICHEL, R. (Orgs.). **Novo desenvolvimentismo: Um projeto acional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, pgs. 3-47, 2005.

CARMO, A. S. S.; BITTENCOURT, M. V. L. O comércio intra-industrial entre Brasil e os países da OCDE: Decomposição e análise de seus determinantes. In: **Anais do XXXIX Encontro Nacional de Economia da ANPEC**, Foz do Iguaçu, 2011.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora Unesp/IE. Unicamp, 2002.

CARVALHO, D. F. A crise financeira dos EUA e suas prováveis repercussões na economia global e na América Latina: Uma abordagem pós-minskyana. In: **Anais do III Encontro da Associação Keynesiana Brasileira**, São Paulo, 2010.

CRUZ, S. C. **Gigante precavido: reflexões sobre as estratégias de desenvolvimento e a política externa do Estado Indiano**. Rio de Janeiro. Artigo preparado para a Conferência sobre a Índia, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), 2007.

DE PAULA, L. F. R.; FERRARI FILHO, F. Liberalização financeira e performance econômica: A experiência recente dos BRIC. In: **Anais do XI Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)**, Vitória, 2006.

DRAPER, P.; FREYTAG, A. **South Africa’s current account deficit: are proposed cures worse than the disease?** Trade Policy Report, nº 25. Johannesburg: SAIIA, 2008.

GREENVILLE, S. Exchange rate regimes for emerging markets. **BIS Review**, n. 97, 2000.

GRUBEL, H. G.; LLOYD, P.J. **Intra-industry trade**. London: The Macmillan Press Ltd, 1975.

GUMEDE, W. M. **Thabo Mbeki and the battle for the soul of the ANC**. Cape Town: Zebra Press, 2005.

HIRSCH, A. **Season of hope: economic reform under Mandela and Mbeki**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2005.

LIMA, G. N. **Brics: Potencial de desenvolvimento e desafios para a construção de um novo cenário econômico mundial**. Editora: Saint Paul, 2013.

MAKGETLA, N.; VAN MEELIS, T. Trade and development in South Africa. In: SCHMIDT, V. **Trade union responses to globalization: a review by the Global Union Research Network**. Geneva: ILO, 2007

MEDEIROS, A., C. **Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, s/n, 2008. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/medeiroschina.pdf> .Acesso em: 10 nov. 2014.

MOHAN, R. **Capital flows to India**. BIS. Financial Globalization and emerging markets capital flows. Basle: Bank of International Settlement, BIS Papers n. 44, feb. 2008.

MOHANTY, M. S.; SCATIGNA, M. Has globalization reduced monetary policy independence? **BIS Papers**, n. 23, 2005.

NASSIF, A. **A economia indiana no período 1950-2004** – da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil? Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Texto para Discussão 107, 2006.

NAYYAR, D. **Capital controls and the world financial authority**: what can we learn from the Indian experience? Center of Economic Policy Analysis, CEPA, Working Paper, Series II, n. 14, March, 2000.

OWEN, D.; ROBINSON, D. O. **Russia rebounds**. International Monetary Fund. Sept., 2003.

O'NEILL, J. The new shopping superpower. The BRICs rely increasingly on domestic demand and can boom even if export markets like the U.S. slow. **Newsweek**, New York, 21 march/2009.

PANAGARIYA, A. **India's trade reform**: progress, impact and future strategy. Department of Economics, University of Maryland, 2004.

POMERANZ, L. Rússia: A estratégia recente de desenvolvimento econômico-social. In: CARDOSO JUNIOR, J. C.; ACIOLY, L; MATIJASCIC, M. (Orgs.). **Trajetórias recentes de desenvolvimento**: Estudos de experiências internacionais selecionadas, livro 2, capítulo 8, Brasília, IPEA, pgs. 299-342, 2009.

PRATES, D. M.; CINTRA, M. A. A. Índia: A estratégia de desenvolvimento – Da independência aos dilemas da primeira década do século XXI. In: CARDOSO JUNIOR, J. C.; ACIOLY, L; MATIJASCIC, M. (Orgs.). **Trajetórias recentes de desenvolvimento**: Estudos de experiências internacionais selecionadas, livro 2, capítulo 8, Brasília, IPEA, pgs. 299-342, 2009.

REIS, M. E. F. BRICS: Surgimento e evolução. In: PIMENTEL, J. V. S.; RICUPERO, R.; AMARAL, S. (Orgs.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. FUNAG, ps. 31-48, 2012.

RODRIK, D. **What is so special about China's exports?** NBER Working Paper Series, n. 11947, 2006.

SANTILLÁN, G.; SILBERT, J. Contribuição para a compreensão da China atual: economia, intervenção estatal e consequências sociais. **Revista Novos Rumos**, Marília, v.49, n.2, p.105-120, jul./dez., 2012

SANTOS, L. B. Papel do BRIC na economia mundial. **Mercator**, volume 9, número 19, mai./ago., 2010.

SANTOS, T.; BRANDÃO, F.; BUGG, I.; FERREIRA, P. C. **A geografia dos acordos preferenciais de comércio dos BRICS**. BRICS Policy Center – Policy Brief, fevereiro, 2013.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na economia brasileira dos anos 2000. Anais do **IV Encontro Internacional da Associação Keyesiana Brasileira**, Rio de Janeiro, 2011.

SICSÚ, J. Rumos e definições da política econômica brasileira: do plano A de FHC para o plano A+ de Lula. In: SICSÚ, J. **Emprego, juros e câmbio – Finanças globais e desemprego**. Rio de Janeiro: Elsevier, capítulo 14, 2007.

SILBERT, J. **Contribuição para compreensão da China atual: economia, intervenção estatal e consequências sociais**. 2012. 19f. Dissertação (mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, L. A. **Brasil, China e Índia: o investimento direto externo nos anos noventa**. Tese (doutorado), IE/Unicamp, Campinas, 2004.

SILVA, M. L. F. Plano Real e âncora cambial. **Revista de Economia Política**, v. 22, nº 3, julho-setembro, 2002.

SILVA, A. L. R.; PERUFFO, L. O impacto da crise internacional no comércio do Brasil com os BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 1, n. 2, ps. 177-210, jul-dez, 2012.

SIMÕES, R. C.; MORINI, C. A ordem econômica mundial: Considerações sobre a formação de blocos econômicos e o Mercosul. **Revista Impulso**, n. 31, 2002.

TABATA, S. The impact of global financial crisis on the mechanism of economic growth in Russia. **Eusaian Geography and Economics**, n. 6, vl. 50, pgs. 682-698, 2009.

VASCONCELOS, C. R. F. O comércio Brasil-Mercosul na década de 90: Uma análise pela ótica do comércio intra-industrial. **RBE**, Rio de Janeiro, n. 57, pgs. 283-313, jan/mar 2003.

VIEIRA, V. F. China: Crescimento econômico de Longo Prazo. **Revista de Economia Política**, v.26, n.3, p. 401-424, jul./set., 2006.

VIEIRA, F. V.; VERÍSSIMO, M. P. Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índica, China (BRIC) e África do Sul. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 3 (37), p. 513-546, dez. 2009.